



Anais da Assembléia

N.º 53

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1982.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer. (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Darcy Deitos, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, João Elísio, José Domingos, Luiz Alberto de Oliveira, Pinto Dias, Romero Filho, Túlio Zanchet, Wilson Fortes. (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar à família de PAULO ROBERTO SEHLAUER, falecido tragicamente em acidente automobilístico na Rodovia que interliga a Cidade de Cascavel - Foz do Iguaçu, no dia 27 de maio do corrente ano.

Da decisão do Plenário, requer ciência à família enlutada, na Rua Ubiretamo s/n, Nova Santa Rosa-Pr.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1982.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora FRANCISCA SABINO CRUZ, ocorrido no dia 28 de maio do corrente, na Cidade de Nossa Senhora das Graças.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1982.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar aos familiares do Sr. JORGE LEONI VON MUHLEN, falecido tragicamente em acidente automobilístico no dia 23 de maio, na rodovia que liga a Cidade de Cascavel a Foz do Iguaçu.

Outrossim, requer, que da decisão do Plenário seja cientificada a família enlutada no seguinte endereço: Rua Jucunduva s/n, Nova Santa Rosa-Pr.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1982.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 60/82, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1982.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 50/82, que reestrutura o Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1982.

(a) JURANDIR MESSIAS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes aos Excelentíssimos Srs. doutor JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, Governador do Estado e NIVALDO ALMEIDA NETO, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam executados ainda no decorrer do presente exercício, a ligação asfáltica entre os Municípios de CARLÓPOLIS — RIBEIRÃO CLARO até o PORTO EMIGDÃO.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1982.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

A ligação asfáltica Porto Emigdão a Ribeirão Claro; é uma velha aspiração do povo de uma grande região do Norte Pioneiro, e a ligação Ribeirão Claro a Carlópolis, somente no fato de ser as duas únicas comarcas que ainda não são ligadas por uma rodovia asfaltada, já justifica a execução desta obra. Quanto à ligação Ribeirão Claro ao Porto Emigdão, a mesma já constava da programação ainda no ano de 1980, conforme ofícios do próprio Secretário dos Transportes, datados de 17/10 e 07/11 de 1979, e que nos vem sendo cobrados pelas Câmaras de Vereadores, Prefeitos e pelo próprio povo daquela região do Norte Velho de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício à SANEPAR, solicitando urgente instalação dos serviços de água tratada e esgoto na sede do Município de Jesuíta, pois os moradores há muito tempo estão aguardando tais benefícios, face à promessa, há muito

tempo, feita por autoridades governamentais até agora não cumpridas.

REQUER envio de cópia à Câmara Municipal de Jesuíta e à Prefeitura Municipal de Jesuíta.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná. Dr. JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, solicitando seu empenho e esforços junto aos órgãos competentes no sentido de atender aos índios AVÁ-GUARANI, localizados na Barra do Rio Ocuí, no Município de Foz do Iguaçu, hoje em total abandono e carentes de assistência médica e de alimentos.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Mais de vinte famílias de indígenas Avá-Guarani, aldeados na Barra do Rio Ocuí, no Município de Foz do Iguaçu, verão suas terras completamente tomadas pelas águas da represa de Itaipu. Depois de longa luta conseguiram uma nova área para se recolocarem, luta esta que foi apoiada por entidades de defesa e apoio ao índio. Em 12 de maio pp. a FUNAI se comprometeu em organizar e custear a recolocação dos indígenas na nova área, localizada aproximadamente a 25 km a leste da que ocupam atualmente. Acontece, no entanto, que as famílias indígenas se encontram em completo abandono por parte da FUNAI — tutor oficial dos indígenas no Brasil — muitos deles necessitando inclusive de assistência médica e se encontrando em estado de mendicância para poder sobreviver.

Algumas entidades de assistência social da região Oeste do Estado desencadearam uma campanha para angariar alimentos e vestuário em favor dos índios. Sem dúvida, um gesto de nobreza e de caridade. No entanto, temos certeza que não resolverão a calamitosa situação dos nativos mediante este tipo de expediente. Existem órgãos oficiais encarregados da tutela indígena. Mas estes, mesmo alertados por entidades de defesa e apoio ao índio, até o momento não se empenharam na solução do problema.

A FUNAI por dever de ofício, assumiu, em reunião realizada em 12 de maio de 1982 entre Itaipu, índios, CIMI, ANAÍ-Pr e Comissão Justiça e Paz, a tarefa de acompanhar os indígenas na transferência para a nova área, tendo em vista que esta entidade receberia o valor da indenização das benfeitorias e outros benefícios existentes na atual área. Comprometeu-se também em aplicar toda a importância recebida na implantação do novo acampamento, adquirindo ferramentas, utensílios, alimentos e outras necessidades. Até o momento, no entanto, nem sequer se dirigiu até a aldeia para dar contas do andamento da indenização ou do encaminhamento da transferência para a nova gleba. Diante disso, esperamos que Sua Excelência, o Governador do Estado, não poupe esforços na solução do problema dos índios.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na manhã de hoje, a Liderança do PMDB recebeu a visita da Associação dos Vendedores Ambulantes de Curitiba, ocasião em que tiveram oportunidade de expor a situação aflitiva em que se encontram esses cidadãos que têm, na sua atividade

de vendedores ambulantes, o orçamento para manutenção de suas famílias.

O motivo dessa visita, Sr. Presidente, foi pedir apoio à Bancada do PMDB nesta Casa, para que propiciasse um encontro entre essa Associação e Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba.

Como é sabido, o problema dos ambulantes de Curitiba não pode ser olhado por uma ótica unilateral. Temos que o olhar este problema a partir de uma realidade inegável. O fato é que estes vendedores ambulantes e esta atividade, constituem, hoje, um problema de certa forma social e de alguma profundidade, nesse setor.

Foi-nos informado, pelo Presidente da Associação que, em abril do ano passado, entregaram a Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal Jaime Lerner, uma pauta de reivindicações, na qual o poder público municipal e os interessados pudessem chegar a um entendimento viável para ambas as partes. Mas, isso já foi em abril do ano passado e até agora Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba não deu uma resposta e nem apresentou alguma solução alternativa para o problema que aí está. Estão sem resposta, portanto, há mais de um ano, os vendedores ambulantes de Curitiba.

E não há como - no nosso entendimento, o poder público municipal ignorar esta realidade, no que diz respeito aos vendedores ambulantes de Curitiba.

E o mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que as informações que nos chegam é de que a Prefeitura pretende partir para a repressão, usando a polícia e outros órgãos de repressão, para varrer, do centro da cidade, aqueles vendedores ambulantes que precisam trabalhar para manter seu orçamento familiar.

Naquela reunião, a Liderança do PMDB propôs ao Presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes de Curitiba que procurassem, mais uma vez, o Sr. Prefeito Municipal, para que se desse a oportunidade de, pelo menos, dialogar-se sobre o assunto.

E a proposta que nos expôs o Presidente daquela Associação me parece viável, e acima de tudo, democrática. Eles reconhecem que alguns erros, algumas falhas, em alguns pontos, possa ter razão a Prefeitura Municipal. Mas, também, invocam para si, reclamam para si, o direito de viver e de ganhar o seu pão de cada dia.

Então, eles querem o seguinte: que a Prefeitura determine alguns locais, que determine as praças públicas de Curitiba, para que eles possam exercer a sua atividade.

Foi essa a orientação da nossa Bancada, que aquela Associação tente entrar em entendimento com o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, que Sua Excelência possa receber, democraticamente, a Comissão. E que através do diálogo, possam chegar a alguma conclusão que possa atender ambas as partes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apesar do clima conspirativo que envolve os negócios da Prefeitura Municipal de Curitiba, são tão gritantes as negociatas e tramas para a defesa de interesses pessoais e amizades, que basta uma pequena investigação para parte da verdade vir à tona.

No ano passado o meu Partido, através de sua liderança, denunciou uma negociata envolvendo muitos milhões de cruzeiros na contratação dos serviços de emissora de rádio. Esse contrato, que envolvia agência de publicidade, que escanteava a Rádio Estadual do Paraná - que é um peso morto para o Estado - tinha o objetivo de garantir a veiculação de material eleitoral

do Sr. Jaime Lerner, ex-futuro candidato a candidato a Governador do Paraná pelo PDS.

Denunciamos também o caráter anti-popular do Projeto Lerner como um todo, que valoriza a cidade, cria infra-estrutura, onde os interesses do capital despontam e exigem. Investe sem teto onde a especulação imobiliária é possível, e relega ao abandono as áreas periféricas, onde proliferam os favelamentos e as concentrações operárias, e onde o esgoto corre a céu aberto.

Vimos denunciando sempre as injustiças para com os comerciantes, trabalhadores que recentemente foram derrotados pelos interesses dos grandes comerciantes, que conseguiram da Prefeitura o aval para a exploração.

Já é amplamente conhecido, denunciado e publicado o escândalo das tais casas históricas, compradas a preços altíssimos, e depois entregues a preço de banana.

Ninguém engoliu até hoje o caso da Confeitaria Shaffer, restaurada com recursos do capital financeiro e da Prefeitura, e depois entregue a particulares.

Podemos relacionar aqui dezenas de negociatas que bem demonstram a quem servem os atos da Prefeitura Municipal, que usando um linguajar muitas vezes popular, tenta ludibriar a fé pública. E o pior, acoberta tudo o que acontece no seu quintal, como se não devesse explicações a ninguém.

Esta semana, entretanto, ficou mais gritante ainda este quadro desprezível. Passou pelo Teatro Guaíra, nesta segunda-feira, um grande espetáculo. Um grande "show" de dança e música denominado "Dança e Improviso", sob as expensas da Fundação Cultural de Curitiba, que conseguiu, mais uma vez, defender interesses pessoais de diretores, usar dinheiro público, e inventar uma boa justificativa.

Aquele espetáculo, Senhores, foi anunciado como resultado do trabalho desenvolvido no Centro de Criatividade de Curitiba, numa tal Oficina de Dança. Acontece, Senhores, que esta Oficina de Dança não existe, como já não existe mais o Centro de Criatividade.

Assim como esse centro todo, esse novo ateliê ou Studio, não têm alunos. E, para realizar o grande sonho dos Diretores da Fundação Cultural, que desejava produzir um grande espetáculo com alguns amigos, mesmo que custasse muito dinheiro, usou-se de uma artimanha.

A Fundação Cultural de Curitiba contratou todos os professores do Stúdio D, que atende a mais fina flor de Curitiba em matéria de ballet e os lançou num dos mais caros espetáculos já financiados pelo dinheiro público municipal. Dessa forma, as amigadas foram bem atendidas, e tudo ficou bem entre os amigos da Fundação.

Para nós, que vemos com muita tristeza a verdadeiros espetáculos circenses a cada vez que o Senhor Prefeito Municipal jura não ter recursos para desapropriar áreas para entregar a favelados, é revoltante saber que a mais fina burguesia dança às custas do povo.

Entretanto a eles, dia após dia, ao trazer seus parceiros inéditos no Teatro do Paíol, embora aparentemente inofensivos, esses espetáculos - pagos por quem assiste - permite que seus convidados deixem contas penduradas nos hotéis com o aval da Fundação Cultural, valores que algumas vezes chegaram a cem mil cruzeiros em uísque e outras mordomias.

Desta forma, Senhores, se explica o prestígio de certas pessoas da Prefeitura de Curitiba, da Fundação Cultural e de outros órgãos, junto à classe artística e intelectuais brasileiros de renome.

Tornou-se fácil fazer cortesia com chapéu alheio.

Queremos saber, entretanto, como vai explicar a direção da Fundação Cultural, diante da inexistência de fatos que justifiquem tais gastos, pois somente um passe de mágica fará surgir uma oficina de dança no Centro de Criatividade, com alunos preparados para integrar um grande espetáculo no

Teatro Guaíra. Estamos aguardando explicações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um assunto que realmente nos últimos dias criou uma polêmica muito grande, principalmente no Norte do Paraná e mais especificamente em Londrina, foi com referência a umas declarações que o Novo Reitor da Universidade de Londrina fez antes por duas edições da "Folha de Londrina" e que logo em seguida teve respostas, também pelo mesmo jornal e por diversas rádios da região, do Arcebispo de Maringá, hoje respondendo administrativamente pela Arquidiocese de Londrina, Dom Jaime Luiz Coelho.

Em virtude daqueles pronunciamentos do Reitor, eu gostaria de, na tarde de hoje, deixar registrado aqui o meu pensamento e a minha palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Acredito na instituição do casamento, como pedra fundamental de toda a sociedade. O rompimento dessa instituição, significará o caos, a falência, e nenhuma estrutura será verdadeiramente forte se não tiver na família as raízes de seu alicerce.

Se não bastasse a violência contra a família aprovado pelo Congresso Nacional que foi a Instituição do Divórcio no País, se não bastasse a ameaça que paira sobre a Nação brasileira por aqueles que defendem a legalização do aborto, se não bastasse a violência com que a maioria dos programas que as televisões apresentam diariamente em milhões de lares brasileiros, com novos conceitos sobre o amor, família, e religião, numa tentativa permanente e persistente de mudar os verdadeiros valores que devem existir dentro da família.

Por estas e outras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nesse momento nos manifestamos contrariamente às declarações prestadas pelo Sr. MARCO ANTÔNIO FIORI, recentemente nomeado Reitor da Universidade Estadual de Londrina, quando através da imprensa manifesta seus conceitos a respeito do casamento e do sexo, afirmando que o CASAMENTO É UM TROÇO FALIDO, E DEVE SER QUESTIONADO COMO INSTITUIÇÃO, e quando diz ainda, "sou a favor do sexo" sexo é uma coisa fisiológica tão natural como comer e dormir". Este meu posicionamento nada tem a ver com o meu comportamento político, no intuito de agradar para obtenção de voto. Falo com convicção, sempre me posicionei contra o Divórcio. Sou contrário à legalização do aborto, porque acredito na existência da vida desde os primeiros momentos da realização completa do sexo entre um homem e uma mulher. Sou um defensor intransigente na defesa da vida daquele que não pediu para ser criado, e depois de gerado no ventre de sua mãe, se torna totalmente indefeso de se defender desses hediondos crimes, que é a prática do aborto.

Tomo esta posição, Srs. Deputados, porque acredito que é na formação cristã da família que se forma uma verdadeira sociedade, somente com a verdadeira harmonia entre os casais, a franqueza e o respeito entre pais e filhos, a compreensão, o amor e desprendimento, são requisitos básicos para que todos os momentos familiares bons ou maus possam ser suportados. E isto só é possível se houver disciplina, e alguma coisa que vem do alto que se consegue exatamente por o casamento ser um dos maiores Sacramentos instituídos por Deus. O casamento é tão importante que o Filho de Deus, JESUS CRISTO escolheu justamente uma festa de casamento para realizar seu primeiro milagre: a transformação da água em vinho.

O Papa JOÃO PAULO II, há poucos dias atrás em York, Inglaterra, em uma missa a 250.000 pessoas, em sua homília sobre a Vida Familiar disse "o amor é a rocha que permanece firme em toda a tormenta e tentação", e convidou a todos que

através do "Amor" a renovar a promessa que fizeram no dia do casamento. Ainda em sua homília de York, o Papa JOÃO PAULO advertiu sobre o "Assalto Cultural contra a família" de parte daqueles que atacam a vida matrimonial, considerando-a inaplicável e antiquada, num sério desafio à sociedade e à igreja.

O Papa JOÃO PAULO II criticou ainda o fenômeno negativo que prejudica a vida familiar cristã: "O egocentrismo, as más relações entre pais e filhos, o aumento da proporção de divórcios, o flagelo do aborto e a propagação dos anticoncepcionais e da mentalidade contrária à vida.

Torno a afirmar, se tomo esta posição contra as idéias do Sr. Reitor da Universidade Estadual de Londrina sobre conceito familiar, é porque considero a escola uma complementação do lar. Se acredito que somente dentro de uma família bem constituída e cristãmente organizada se pode adquirir uma verdadeira formação, e se entendo como ser escola a continuidade do lar, não posso admitir uma escola (mesmo Universidade) sendo dirigida por um cidadão de idéias tão liberais. Gostaria que esta coragem (ou falta de formação) do Sr. MARCO ANTÔNIO FIORI, ou esta liberalidade como alguns entendem veem no novo Reitor, fosse mostrada de forma diferente, por exemplo, logo que ele assumir o Comando da Universidade Estadual de Londrina, convoque todos os alunos e professores para que num debate franco e democrático, se fizessem todas as reformas, tão necessárias, para melhorias do ensino universitário brasileiro. Que se começasse por Londrina, talvez num próximo editorial do conceituado jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", ao invés de lermos "O mau exemplo vem do Paraná", possamos ler "O bom exemplo vem de Londrina".

E para terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deve o Sr. Governador do Estado do Paraná, tornar sem efeito o decreto de nomeação do novo Reitor? Deve-se, através de nova reunião do Conselho Universitário elaborar-se nova lista sex-tupla?

Na primeira pergunta, o problema é do Governador Hosken de Novaes. Na segunda, eu é que me pergunto se o Sr. Marco Antônio Fiori tivesse emitido suas idéias antes da elaboração da lista, será que ele obterá os 34 dos 36 votos? Acredito que não. Conheço alguns Conselheiros da Universidade de Londrina e, sua formação familiar cristã não permitiria.

Não sou contra o Sr. Marco Antônio de pensar como pensa, de falar como fala, nem de seu modo de agir, sentir-me-ia extremamente infeliz de morar num País onde não se tem liberdade de pensar, falar e agir. Porém da mesma forma que defendo este seu direito, também tenho eu o direito de discordar daquilo que não me convém, de expor também meus pensamentos. Afirmando uma coisa: sentir-me-ia muito constrangido como pai e chefe de família, de saber que minhas filhas (e ao contrário do Sr. Marco Antônio Fiori, eu tenho três maravilhosas filhas) estudassem em determinada escola, cujo professores e diretores pensassem da mesma forma que a do novo Reitor de Londrina.

Era só, Sr. Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Agibert Filho) — Consulto à Liderança do PDS se quer fazer uso do seu horário. Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, no horário reservado ao PMDB.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A população nativa do continente americano, desde a chegada do elemento europeu, tem vivido o maior drama já conhecido em toda história da humanidade. Considerados irracionais, incapazes e tantas outras qualificações lhe foram dadas que jamais recebeu um tratamento digno de pessoa humana. O colonizador e conquistador europeus viram no indígena o maior inimigo e julgavam encontrar nele a barreira mais difí-

cil para roubar as riquezas do continente desconhecido. Os indígenas, que sobreviveram a mais de 400 anos de guerra não declarada, ainda hoje não encontram guarida nem nos órgãos oficiais e responsáveis pela sua guarda.

Os indígenas que habitam e habitaram o território paranaense foram ludibriados por governos tão inescrupulosos quanto foram os colonizadores portugueses e espanhóis. Há menos de três décadas o Governo do Estado do Paraná surrupiou milhares de hectares de terras de indígenas e sob violência se apoderaram das terras e das matas ricas em araucárias. Ainda mais recentemente, dezenas de indígenas de Mangueirinha que já ofertaram o sangue de seu Cacique Ângelo Cretã para satisfazer a ganância de uma meia dúzia de laráprios acobertados pela polícia.

Agora, há poucos dias, vínhamos acompanhando a incomparável luta de pouco mais de 20 famílias de indígenas aldeadas na Barra do Rio Ocof e Rio Jacutinga, no Município de Foz do Iguaçu, local que será em breve totalmente inundado pelas águas da represa de Itaipu. Por incrível que pareça os indígenas, ali radicados imemorialmente, tiveram que provar para a FUNAI a sua identidade. Exigência estúpida de uma entidade que se diz protetora dos índios em nosso País. A FUNAI durante o tempo de negociação entre indígenas-Itaipu-INCRA e diversas entidades de defesa ou apoio ao índio, tentou de todas as formas dizimar com o grupo e com isso, esquivar-se da responsabilidade de proteger o elemento indígena, função para qual foi criada. Aliás, diga-se de passagem, a FUNAI tem agido desde muito no sentido de acabar com a cultura indígena, com suas tradições e costumes, tudo em nome da integração do índio.

Os índios AVÁ-GUARANI da Barra do rio Ocof, apoiados por entidades de defesa e apoio ao índio, tiveram que apelar para inúmeros expedientes para verem seus direitos respeitados e serem tratados com razoável dignidade tanto pela Itaipu Binacional como pela própria FUNAI. Só depois de muita negociação e acima de muita pressão e denúncia é que a FUNAI assumiu algumas tarefas que lhe são específicas. Em 12 de maio p.p. ocorreu uma reunião entre indígenas Avá-Guarani, Itaipu, FUNAI e entidades de defesa e apoio ao índio onde foram atendidas as partes principais das reivindicações dos índios. Em documento firmado ficou decidido que os Avá-Guarani ocuparão uma área de terras de aproximadamente 253 ha., localizados a 25 km a Leste da presente área e na margem do futuro lago de Itaipu, sendo que a maior parte dessa área se constituiu ainda em mato. E diga-se de passagem - ninguém melhor do que o índio para preservar a fauna e a flora. A Itaipu Binacional se comprometeu em indenizar as propriedades e benfeitorias das famílias aldeadas, cujo valor, superior a dois milhões, seria repassado aos mesmos através da FUNAI para que pudessem, na nova área, se estabelecer dentro dos padrões por eles considerados satisfatórios.

Acontece, no entanto, que os índios Avá-Guarani de Foz do Iguaçu estão em total abandono, com carência de alimentos e necessitando de assistência médica. Muitos elementos do grupo estão se sujeitando ao regime de trabalhadores volantes para conseguirem algum dinheiro para sobreviver. Algumas entidades de cunho social que agem na região, comovidos com a desesperadora situação do grupo e diante do desleixo da FUNAI estão promovendo a arrecadação de alimentos e de vestuários.

Não querendo desmerecer os atos de caridade e de despreendimento das entidades que assim procedem, não podemos no calar diante do descaso, diante da irresponsabilidade para atender os povos indígenas. A FUNAI, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante do trabalho inquestionável de entidades de defesa e apoio ao índio e que provaram mediante estudos antropológicos a indianidade e a presença imemorial do grupo na área, age com revanchismo diante da verdade que já a desacreditou em inúmeras oportunidades. A FUNAI não está desem-

penhando seu papel em relação aos índios Avá-Guarani de Foz do Iguaçu.

A FUNAI está querendo acabar com 20 famílias da aldeia e esta Casa não pode silenciar diante deste flagrante desrespeito.

O que a FUNAI está fazendo com o dinheiro da indenização das propriedades dos índios Avá-Guarani de Foz do Iguaçu? Por que não está cumprindo as tarefas que assumiu na reunião do dia 12 de maio pp, realizada nas dependências da própria aldeia e convocada pelos índios? Por que a FUNAI não está procedendo até o momento a recolocação dos indígenas para a nova área? Portanto, o que os índios querem não é esmola, mas justiça.

Não querem caridade de mãos estendidas, mas ajuda para tirar as mãos que seguram e retardam o dinheiro da indenização que lhes pertencem. A FUNAI deveria estar funcionando dentro de seus objetivos sem que houvesse a necessidade de a estarmos precionando. A FUNAI, em vez de ser o órgão responsável e garantidor da integridade indígena, na realidade, está promovendo a miséria, a fome e a morte entre os nativos. A situação dos índios Avá-Guarani de Foz do Iguaçu é calamitosa e apelamos ao Governo do Estado do Paraná, hoje encetado pelo Sr. José Hosken de Novaes, para que gestione junto ao Ministério do Interior e mesmo junto à Presidência da República para que a FUNAI atenda as prementes necessidades do povo Avá-Guarani. O índio sabe muito bem que as atividades paternalistas, sejam por parte do Governo ou por parte das entidades de assistência, jamais resolverão seus problemas. O que o índio, especialmente o Avá-Guarani de Foz do Iguaçu necessita nesse momento é o cumprimento dos preceitos legais estabelecidos no Estatuto do Índio. Todas as populações indígenas nada mais querem, nada mais necessitam do que respeito à sua cultura, respeito às suas tradições e costumes.

Neste momento, apelamos ao Presidente desta Casa, que já em tantas oportunidades tem demonstrado seu espírito dinâmico e humanista, para que, em nome deste Poder, apele às autoridades competentes e principalmente à FUNAI no sentido de atender as necessidades mais prementes dos indígenas de nosso Estado estabelecidos e abandonados à própria sorte no Município de Foz do Iguaçu.

Para que esses não venham a necessitar de caridade, para que não venham ser transformados em esmoleiros, quando, de fato, têm direito ao dinheiro que foi pago por indenização de suas propriedades.

Se continuarmos silenciando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante do descaso, da omissão e da irresponsabilidade da FUNAI, em relação aos índios de Foz do Iguaçu, também seremos nós co-autores da desgraça do povo indígena, e estaremos respondendo perante a opinião pública mundial, o não desempenho de nossa tarefa parlamentar.

E apelamos, Sr. Presidente, finalmente, para a imprensa de nosso Estado, para que auxilie este Poder denunciando a calamitosa situação da aldeia indígena "Avá-Guarani" e exija da FUNAI a imediata aplicação do valor pago pelas benfeitorias e benefícios feitos na terra dos índios, em sua nova área, na qual serão recolocados.

Há necessidade, portanto, para concluir, Sr. Presidente, há necessidade, não que estendamos uma mão ao índio, como se tivéssemos dando uma caridade. Há necessidade, como já dissemos a pouco, de ajudar o índio, para tirar a mão do bolso dele para tirar a mão do dinheiro, que a ele compete pelas indenizações que foram feitas, e que a FUNAI não está fazendo.

Há necessidade de socorrer urgentemente esses índios, através dos recursos próprios que lhes pertencem, e que não sei que destino tomaram. No entanto, os índios estão lá a passar fome, necessitando de medicamentos, necessitando de alimentos, necessitando das casas para viver, porque, dentro de pouco tempo, as águas de Itaipu estarão inundando aquele lugar, onde,

durante tantos anos souberam dar provas de homens ligados à terra, à natureza, porque foi o índio que mais tem respeitado a natureza, a fauna e a flora.

Se fosse pelo índio, talvez, o Paraná estaria ainda rico em araucárias. Se fosse pelo índio, a fauna e a natureza não teriam sido desrespeitadas. Mas, o desrespeito que se fez em nome de um progresso suspeito ao índio, a fauna e a flora brasileira merece hoje a repreensão de todos os ecólogos.

Por isso, apelamos mais uma vez, a todos os Parlamentares, no sentido de que aprovelem o mais rápido possível, o nosso requerimento. Apelamos para que passem gestões junto à FUNAI, para que com os recursos que tem em mãos, atendam aqueles índios, para que eles não necessitem de caridade e escola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 60/82.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — {Pela ordem} — Solicito verificação de "quorum" através de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 34 Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberação.

Esta Presidência, com satisfação, registra a presença da professora Ester, acompanhada de alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação aprovado:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 62/82), que autoriza o Poder Executivo permutar área de terreno de propriedade da Associação de Ensino "Senhor Bom Jesus", localizada em Campo Largo, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

PROJETO DE LEI N.º 60/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 36.088,00 metros quadrados, de propriedade do Estado do Paraná, objeto parte da matrícula n.º 4.578-R-1-4, do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, pela área de terreno com 36.088,00 metros quadrados, de propriedade da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, objeto de parte da matrícula n.º 6.118-R-2, do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, ambas situadas no lugar denominado "Rondinha", Município de Campo Largo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 60/82

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 62/82, o pre-

sente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a permutar área de terreno de propriedade da Associação de Ensino "Senhor Bom Jesus", localizada em Campo Largo.

Da leitura do texto justificativo, concluiu-se que a proposição formulada consulta aos superiores interesses públicos.

Quanto ao aspecto formal, não se ressente o projeto de faltas ou omissões, razão por quê somos de opinião favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1982.

Aprovado.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência atenda o requerido, solicito nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 35 Srs. Deputados.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerido ao Projeto de Lei n.º 60/82.

(É procedida a verificação de votação).

25 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para deliberação e sim para prosseguimento da sessão.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/81, oriundo de Anteprojeto encaminhado com o ofício n.º 760/81, do Presidente do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei n.º 7.297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná) e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Leoni Von Muhlen, ocorrido em 23 de maio do corrente ano, na rodovia que liga a Cidade de Cascavel a Foz do Iguaçu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Roberto Sehlaue, ocorrido em 27 de maio na rodovia que liga Cascavel a Foz do Iguaçu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Francisca Sabino Ruiz, ocorrido em 28 de maio do corrente ano, na Cidade de Nossa Senhora das Graças. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 60/82, de autoria do Poder Executivo. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando envio de ofício à SANEPAR, encarecendo urgente instalação dos serviços de água tratada e esgoto na sede do Município de Jesuítas, pois os moradores há tempo estão aguardando tais benefícios, face a promessa há muito feita por autoridades governamentais.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam executados ainda no decorrer do presente exercício, a ligação asfáltica entre os Municípios de Carlópolis - Ribeirão Claro até o Porto Emigdão.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seu empenho junto aos órgãos competentes, no sentido de atender aos índios AVÁ-GUARANI, cuja aldeia se localiza no Município de Foz do Iguaçu e que se encontram em total abandono.—

Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 7, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para esta Sessão; sendo:

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/81.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/82

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/82.

Levanta-se a sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Antônio Facci.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braya Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes, Romero Filho (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 08/81, que eleva para o símbolo 1-C, os cargos de Diretor de Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba e Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4615, e de Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6219, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 08/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba e Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4615, de 09 de julho de 1962 e de Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6219, de 23 de agosto de 1971, todos da lotação da Secretaria de Estado da Justiça, ficam elevados ao símbolo 1-C.

Art. 2.º — Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, 3 (três) cargos de provimento em Comissão, respectivamente de Diretor símbolo 1-C, de Sub-Diretor símbolo 2-C e de Assistente Jurídico símbolo 3-C, do Instituto Agropecuário e Industrial de Londrina.

Art. 3.º — Os atuais cargos de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, símbolo 3-C, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, ficam transformados em cargos de Assessor Parlamentar, símbolo 1-C, com proventos de Assessor Técnico, símbolo 1-C.

Art. 4.º — Os atuais cargos de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, símbolo 6-C, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, ficam transformados em cargos de Assessor Parlamentar, símbolo 3-C.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 67/81, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná a LEONICE LÉA CORREIA LEAL. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 67/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Paraná a LEONICE LÉA CORREIA LEAL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 81/81, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE", com sede e foro na Cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 81/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSO-

CIÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 111/81, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE MAÇÔNICA DE BENEFICÊNCIA - SOMABE", com sede e foro em Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 111/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE MAÇÔNICA DE BENEFICÊNCIA - SOMABE, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 153/81, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO II", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 153/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO II, com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 157/81, que declara de utilidade pública o "CLUBE DO GOLFINHO", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 157/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CLUBE DO GOLFINHO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 159/81, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procopio, lote de terreno situado na sede do referido município, conforme específica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 159/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

D E C R E T A :

RENATO BERNARDI — Relator

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procopio, o lote n.º 8, da quadra n.º 224, com área de 312,60 m² (trezentos e doze metros e sessenta decímetros quadrados) situado no Município de Cornélio Procopio, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 3255, do Livro n.º 3-7, do Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — A área de terreno objeto da doação de que trata o artigo anterior será utilizada exclusivamente para a construção, pela donatária, da sede de seu Núcleo Regional, que deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) anos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interposição ou notificação.

Art. 3.º — O lote objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 02/82, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 02/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 12/82, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DAS IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS", com sede e foro na cidade de Rolândia. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 12/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 52/82, que dá nova denominação ao Município de Altamira, passando a denominar-se ALTAMIRA DO PARANÁ. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 52/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Município de Altamira, criado pela Lei n.º 7571, de 28 de abril de 1982, passa a denominar-se Altamira do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.